



EXAMINANDO A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Palavras-Chave: ABORDAGEM CONSENSUAL, POBREZA MULTIDIMENSIONAL, DIGNIDADE HUMANA

Autores(as):

**ISABELA NASCIMENTO GILBERTI, ECHJS – PUC CAMPINAS
Profº. Drº. LUIS RENATO VEDOVATO (orientador), FCA – UNICAMP**

INTRODUÇÃO:

Iniciado em setembro de 2022, o presente trabalho pretende fornecer informações sobre a pobreza multidimensional em municípios da Região Metropolitana de Campinas, o qual busca perceber e estabelecer não só o que é socialmente aceito como necessário para um padrão de vida digno, considerando bens de consumo, atividades, saúde e direitos sociais, mas também o nível de privação de tais itens citados anteriormente, utilizando a Abordagem Consensual. Em colaboração interinstitucional entre a Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de Cardiff, há exploração de temas como dignidade humana e pobreza multidimensional, bem como a percepção dos pobres e dos não pobres da região mencionada sobre o que é necessário para uma vida digna.

Elaborada pelos jornalistas britânicos Joanna Mack e Stewart Lansley, a abordagem consensual também possui relação com a conceituação de privação estabelecida por Peter Townsend. Nos estudos mencionados anteriormente, a pobreza é compreendida como um dado relativo, que deve ser analisado por critérios socioculturais. Ainda, Townsend afirma que a pobreza não deve ser exclusivamente ligada à renda, mas também a outros fatores. Dessa forma, não é possível ignorar que para definir democraticamente o que é pobreza, é necessário observar cada cultura e as perspectivas que elas trazem. Desse modo, a observação do que é básico para uma vida digna é diferente entre um latino-americano e um europeu e isso deve ser levado em consideração, bem como considerar o contexto local em que o estudo é feito, uma vez que o custo de vida em capitais difere do custo de vida no interior, por exemplo.

Os grupos focais têm expressiva importância para o primeiro passo da pesquisa, uma vez que através de debates, é ideal buscar consenso sobre as necessidades básicas para um

padrão de vida digno. Durante o processo de discussão, o debate é incentivado com a apresentação de uma variedade de itens, serviços, atividades e direitos sociais em uma lista definida previamente pelos pesquisadores. Em seguida, a lista prévia é elaborada a partir de atividades e itens comuns nas diferentes sociedades e contextos estudados, o que inclui tópicos como alimentação, roupas, moradia, trabalho e emprego, saúde, acesso à educação, bem como atividades sociais simbólicas, como comemoração de aniversário, por exemplo (UCHÔA; VEDOVATO; NANDY, 2022, p. 22). Para melhor avaliação, há três categorias de itens avaliados: necessidades, desejáveis e luxo. Participantes dos grupos focais também respondem se tem acesso a esses itens e se é por escolha ou privação, bem como o classificam a partir disso.

METODOLOGIA:

O estudo trata-se de uma pesquisa sobre preferências adaptativas, com fundamento nas evidências empíricas desenvolvidas ao longo do processo. Uma vez que este projeto é vinculado a um projeto de pesquisa interinstitucional entre a Universidade de Cardiff e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), houve levantamento bibliográfico. Nesse sentido, fez-se necessária a leitura de artigos como "Preferências Adaptativas, Pobreza Multidimensional e Políticas Públicas: Os contornos da dignidade humana" de autoria de Flávia Uchoa de Oliveira, Shailen Nandy e Luis Renato Vedovato. Para análise de hipóteses sobre a relação entre a abordagem consensual e a abordagem das preferências adaptativas na medição da pobreza multidimensional, foram enfatizadas três hipóteses sobre as preferências adaptativas e seus impactos na conceituação de vida digna percebidas pelos grupos focais. No entanto, os dados coletados dos participantes indicaram que há um significativo consenso entre eles, mostrando que a compreensão do que é considerado básico para uma vida digna não é afetada pela vulnerabilidade socioeconômica – ou não, dos integrantes. Durante a análise bibliográfica, foi possível observar que o nível de consenso entre as categorias de raça, cor e etnia podem apresentar diferenças significativas em itens relacionados à participação em atividades sociais e de obtenção de roupas para adolescentes, por exemplo.

Ainda durante a fase anterior em colaboração com a Universidade de Cardiff iniciada em 2019, a aplicação da Abordagem Consensual foi desenvolvida e utilizada em outros espaços, resultando na divulgação de artigos científicos. Atualmente, o artigo "Privação relativa e os efeitos diferenciais da pandemia de COVID-19 sobre os pobres no México" também foi utilizado para fins de comparação e reflexão sobre a efetividade da implementação

da Abordagem Consensual para coletar dados sobre como a pandemia afetou os pobres no México durante a pandemia, dessa forma colaborando para a pesquisa realizada até o momento e buscar maiores reflexões sobre o nível de consenso durante e após a pandemia nas pesquisas relativas ao tema em questão de âmbito nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No presente momento, o projeto ainda está sendo desenvolvido, contando com a participação dos grupos focais e participação de professores orientadores em congressos para discussão e divulgação. Nesse sentido, através de estudos anteriores, a Abordagem Consensual foi utilizada para levantar dados e discussão sobre as preferências adaptativas e sua influência – ou não, nas respostas fornecidas pelos integrantes pobres e não pobres dos grupos focais. Dessa maneira, espera-se chegar à abordagem mais adequada para a metodologia da pesquisa em desenvolvimento. Em primeira análise, vale destacar que a hipótese de expressiva discordância entre grupos focais de diferentes rendas salariais foi descartada uma vez que houve consenso sobre os itens considerados básicos para um padrão de vida digno. Ademais, o que fora observado é que ainda que a situação econômica de cada grupo fosse diferente, ainda há concordância sobre determinados itens e a impossibilidade de consenso expressivo não foi observada.

Conforme bem apontado por Vedovato, Uchoa e Nandy no artigo “Preferências Adaptativas, Pobreza Multidimensional e Políticas Públicas: Os Contornos da Dignidade Humana”, há múltiplas condições que influenciam a experiência de privação de diferentes indivíduos:

Conforme demonstrado por um amplo corpus de pesquisas, de diferentes bases teórico-metodológicas, as condições de raça, gênero e renda se reforçam mutuamente e determinam a maior ou menor experiência de privação (Pinheiro et al., 2006). A crise sanitária dos últimos três anos aprofundou essa compreensão (IBGE, 2021b). Além disso, há de se considerar a situação familiar do participante e se há crianças em seu domicílio. Sabe-se que as necessidades de vida são diferentes para crianças e adultos (Rosemberg, 2006). Ainda, o acesso à educação e a escolaridade também são aspectos que devem ser considerados para o estudo da desigualdade, da pobreza e da mobilidade social (Frigotto, 2011).

Para análise dos dados em Campinas, busca-se compreender os motivos que levaram os participantes pobres e não pobres a não possuírem determinados itens considerados necessidades para um padrão de vida digno no Brasil, bem como analisar se as experiências individuais de cada participante interferem nas respostas dadas quando se trata da população.

CONCLUSÕES:

A partir dos resultados prévios desta pesquisa, conclui-se que, a médio prazo, não há adequação da hipótese de as preferências adaptativas interferirem em consenso entre os grupos focais e que ainda afete expressivamente em discordância sobre os itens mínimos para uma vida digna. Ainda que exista discordância entre os grupos, pode ser considerada ínfima quando comparada ao nível de consenso entre os participantes.

Ainda que o estudo abranja grande número de pessoas, é necessário considerar a limitação dos dados até aqui coletados, uma vez que a pesquisa não ocorreu em âmbito nacional, mas em estado específico e a partir de revisão bibliográfica sobre área diversa. Uma vez que cada estado tem suas culturas e particularidades, bem como privações específicas, há diferentes interpretações e resultados a serem levados em consideração. Dessa forma, novos estudos em diversas regiões do país mostram-se essenciais para levantamento de evidências empíricas objetivando apreciável contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes.

Uma vez que a relação entre a interpretação sobre o conceito de dignidade humana e as demandas de cada sociedade são inegáveis, a abordagem consensual colabora para o reconhecimento das demandas de cada público e na promoção do conceito e conteúdo da dignidade humana.

Ao aplicar o questionário e colocar os grupos focais em destaque, os resultados confirmam os dados obtidos, impactando diretamente a compreensão da dignidade humana e a exposição das dificuldades enfrentadas. Esses resultados não apenas revelam o nível de pobreza na população analisada, mas também indicam as percepções sociais em relação à necessidade de um padrão de vida digno.

BIBLIOGRAFIA

- Oliveira, Flavia Uchôa de; Nandy, Shailen; Vedovato, Luís Renato. **Preferências Adaptativas, Pobreza Multidimensional e Políticas Públicas: Os Contornos da Dignidade Humana**. Revista Direito Público, v. 14, n. 80, p. 133-163, 2019.
- Nájera, Héctor. **Privación Relativa y los Efectos Diferenciales de la Pandemia COVID-19 sobre los Pobres en México**. Estudios Sociológicos, vol. 38, n. 114, p. 385-409, 2020